



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRINHO/PB**

Processo n.º 08002598820188150631

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **SEVERINO CAVALCANTI DE VASCONCELOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### **DO LAUDO PERICIAL**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Na instrução processual, o Nobre Magistrado determinou a realização de perícia médica, a fim de apurar eventuais lesões suportadas pela parte Autora, suas respectivas extensões e o nexo de causalidade entre as supostas lesões e o acidente automobilístico narrado na exordial.

Ocorre que o laudo pericial apresentado não deixa claro quanto à ocorrência ou não de invalidez permanente e de incapacidade laborativa decorrentes do acidente de trânsito, deixando o autor de provar que tem direito ao recebimento da indenização pleiteada.

Observe que embora tenha apurado ao final do laudo invalidez parcial em punho esquerdo (25%), ombro esquerdo (50) e cotovelo esquerdo (75%), o respeitável perito indicou tratamento para reabilitação com FISIOTERAPIA.

III. Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito ou a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?  
 (X) Sim ( ) Não  
 Em afirmativo, descreva(s) a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s) e, se for o caso, se as mesmas já estavam prescritas no momento da avaliação administrativa:  
**FISIOTERAPIA**

**ORA EXA., NÃO É CRÍVEL AFIRMAR QUE O AUTOR POSSUI INVALIDEZ DE CARATER PERMANENTE, SE HÁ INDICAÇÃO EXPRESSA DE TRATAMENTO.**

**Sendo assim, vem a Ré impugnar o presente laudo, requerendo a devida improcedência da presente ação em razão da ausência de invalidez permanente no autor, haja vista a indicação expressa de tratamento para sua reabilitação.**

## DO NEXO DE CAUSALIDADE

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que as lesões apresentadas sejam em decorrência do acidente de trânsito.**

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

## DA LESÃO NO OMBRO ESQUERDO E PUNHO ESQUERDO

Inicialmente, cumpre observar que o respeitável perito indicou apenas o COTOVELO ESQUERDO como região corporal lesionada.

II. Descrever o quadro clínico atual informando:

a) Qual(is) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s): COTOVELO ESQUERDO.

b) As alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma: FRATURA LUXAÇÃO DE COTOVELO ESQUERDO.

No entanto, ao final do laudo, o ilustre perito apura INVALIDEZ PARCIAL EM PUNHO ESQUERDO E OMBRO ESQUERDO, ALÉM DO COTOVELO ESQUERDO.

Ora Exa., como pode ser apurada invalidez em ombro e punho, se o próprio laudo identificou apenas lesão o COTOVELO? E ainda, **não constam nos autos DOCUMENTOS MÉDICOS indicando lesão em PUNHO E OMBRO.**

Sendo assim, não há NEXO DE CAUSALIDADE entre a invalidez apurada no OMBRO ESQUERDO e PUNHO ESQUERDO do autor e o sinistro sofrido pelo autor.

## DA LESÃO COTOVELO ESQUERDO

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Embora o autor tenha acostado BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO indicando lesão no COTOVELO ESQUERDO, é importante observar que o referido documento não menciona a ocorrência de acidente de trânsito.

Logo, não há como relacionar NEXO DE CAUSALIDADE entre o acidente narrado no documento policial e a lesão apresentada, tendo em vista que o boletim de ocorrência foi meramente declaratório, registrado meses após o acidente, bem como pela ausência de informação da ocorrência de acidente de trânsito na documentação médica apresentada.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e um acidente automotor.

Perceba que quanto à lesão do autor no OMBRO ESQUERDO E PUNHO ESQUERDO, não há nos autos documentos médicos que indiquem qualquer lesão nos respectivos segmentos corporais, e ainda quanto a lesão

no COTOVELO ESQUERDO, a documentação médica não relaciona o atendimento médico realizado com eventual acidente de trânsito.

Deste modo, toda documentação carreada aos autos apontam no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado e o sinistro de trânsito.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

JUAZEIRINHO, 28 de janeiro de 2022.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**